

A que herança os comunistas devem renunciar

Anita Leocádia Prestes

Ao nível da atividade político-partidária, o que a prática tem demonstrado é que a democracia permaneceu ausente da vida interna do Partido Comunista Brasileiro.

Indiscutivelmente, vivemos um momento privilegiado. Após longos anos de terror fascista, de repressão policial e de total cerceamento de qualquer debate democrático, criaram-se condições favoráveis — sob a pressão do movimento democrático e de oposição à ditadura — para que os comunistas e todos aqueles que se interessam pelos destinos do socialismo em nossa pátria iniciem um processo fecundo de discussão e questionamento da orientação política das “esquerdas”, em geral, e do Partido Comunista Brasileiro, em particular.

Nesse sentido, constitui uma valiosa contribuição ao debate a publicação recente do livro intitulado **PCB: vinte anos de política, 1958-1979 (Documentos)**¹, contendo alguns dos principais documentos do PCB elaborados nos últimos vinte anos. Contudo, é indispensável que essa iniciativa se estenda aos documentos anteriores desse partido, cuja história, como é sabida, tem início no ano de 1922, uma vez que o desconhecimento do seu passado tem sido uma das causas principais e terreno fértil para que floresçam análises superficiais e interpretações falsas e manipuladas da política do PCB em diferentes períodos.

1: **PCB: vinte anos de política, 1958-1979 (Documentos)**. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1980.

as tentativas insistentes de erigir em dogma, ou em verdade inquestionável, a atual linha política do PCB, expressa em alguns dos seus principais documentos do período 1958-1979. Isso é evidenciado, por exemplo, em matéria publicada no semanário *Voz da Unidade*², assinada por David Capistrano Filho, onde os documentos citados são considerados um "verdadeiro patrimônio dos comunistas brasileiros" e a "Declaração de Março de 1958" a "manifestação através da qual a direção central do PCB iniciou sua longa caminhada em direção a uma ampla política de massas, inserida ativamente na realidade concreta do país".

Outros autores, como Marco Aurélio Nogueira, no prefácio ao livro supracitado, afirma que a "Declaração de Março de 1958" representa "o início de uma nova fase na vida do Partido"³, e o escritor Leandro Konder refere-se a esse documento como uma "autocrítica profunda"⁴. Diante de tais colocações, feitas com o empenho evidente de tentar justificar e defender uma determinada orientação política, cabe arguir se não estariam seus autores contribuindo para uma visão manipulada e, portanto, falsa dos fatos e da realidade.

Ao mesmo tempo, temos que concordar com Leandro Konder, quando este, no artigo intitulado "PCB, democracia e eurocomunismo"⁵, rejeita a identificação, que vem sendo feita por alguns, de certas posições políticas da atual direção do PCB com as teses do chamado "eurocomunismo". Certamente, não estamos diante de um desvio "eurocomunista" no PCB. Como diz L. Konder, "existe toda uma história muito significativa de aprofundamento da reflexão em torno da democracia, no interior mesmo do PCB e anterior ao 'eurocomunismo'"⁶. Entretanto, o autor — defensor confesso da atual linha política do PCB — procura apresentar suas prin-

cipais teses como fruto de uma ruptura com o passado desse partido, que teria ocorrido com a aprovação da "Declaração de Março de 1958". Contudo, os argumentos expostos tanto em seu artigo, como no livro *A democracia e os comunistas no Brasil*⁷, não levam à comprovação dessa opinião, ficando, lamentavelmente, na superficialidade dos fatos.

No nosso entender, uma análise séria da política atual do PCB e das mudanças reais ocorridas em 1958 exige o estudo aprofundado de toda a história desse partido, de seus principais documentos desde a sua fundação em 1922 e da sua atividade prática. Sem dúvida, a história do PCB ainda está por ser escrita. Mas existem — e poderiam ser publicados — seus principais documentos, que podem e devem ser analisados antes de se chegar a conclusões apressadas e dirigidas num sentido político definido: tentar transformar a atual orientação política do PCB — aprovada em seus 5.º e 6.º Congressos — em dogma inatacável, que não caberia questionar, nem revisar. Estaríamos diante de um patrimônio, que, no máximo, poderia ser aperfeiçoado, jamais revisto ou rejeitado.

Preferimos seguir outro caminho: tentar descobrir as principais concepções que estiveram presentes nos documentos dos períodos fundamentais da vida do PCB e verificar sua correção. Isso nos permitirá responder à pergunta que nos colocamos: a que herança devemos renunciar para poder avançar rumo aos nossos objetivos socialistas? O que houve na história do PCB de fundamentalmente errado, que precisa ser rejeitado e corrigido, como condição para sair da crise atual apontada na "Carta aos Comunistas"⁸ de Luiz Carlos Prestes?

→ [O dogmatismo — Desde a sua fundação, o PCB estaria marcado pelas condições históricas do país, dentre as quais merece destaque o seu atraso econômico, social, político e cultural. O débil conhecimento do marxismo, assim como da realidade brasileira, que o partido se propunha a transformar, teria que conduzir seus

2 David Capistrano Filho, "Vinte anos de PCB", in *Voz da Unidade*, n.º 3, 17/04 a 23/04 de 1980, p. 15.

3 PCB: vinte anos de política, op. cit., p. 9.

4 Leandro Konder, *A democracia e os comunistas no Brasil*, Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1980, p. 104; Leandro Konder, "PCB, democracia e eurocomunismo", in *Oitenta*, n.º 2, L. & PM Editores, Porto Alegre, Janeiro/1980, p. 91.

5 Idem, *ibidem*.

6 Idem, *ibidem*, p. 90.

7 Leandro Konder, *A democracia e os comunistas no Brasil*, op. cit.

8 Luiz Carlos Prestes, *Carta aos Comunistas*, Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1980.

dirigentes à cópia de modelos e esquemas elaborados em outros países e para situações diferentes. Era o início de toda uma tradição de acentuado dogmatismo na elaboração da política do PCB. Como diria mais tarde Astrojildo Pereira: "Teoria revolucionária significava, para nós, aplicar — mecanicamente, livrescamente — a linha política e a experiência revolucionária de outros povos"⁹.

Se no 1.º Congresso do PCB não foi aprovada nenhuma resolução sobre a situação nacional, nenhuma análise sobre o Brasil, em seu 2.º Congresso, realizado em 1925, as teses sobre a situação política nacional baseavam-se na concepção "agrarismo—industrialismo", formulada inicialmente no livro de Otávio Brandão Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classe no Brasil, escrito em 1924.¹⁰ Esta "primeira tentativa feita no Brasil de análise marxista da situação nacional", nas palavras de Astrojildo Pereira¹¹, era também um exemplo de aplicação dogmática e mecânica do pensamento de Lênin, de suas idéias expostas no Imperialismo, fase superior do capitalismo¹². Assim, "a luta entre o capitalismo agrário e semifeudal e o capitalismo industrial moderno" constituía "a contradição fundamental da sociedade brasileira após a República"¹³. O imperialismo inglês apoiava o agrarismo, e o imperialismo americano o industrialismo.¹⁴ Como consequência, a política dos comunistas preconizava "a terceira revolta e a frente única do proletariado, da pequena burguesia ur-

9. Astrojildo Pereira, Formação do PCB. Ed. Vitória, Rio de Janeiro, 1962, p. 140.

10. Otávio Brandão, Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classe no Brasil, 1926, citado por John W. Foster Dulles, Anarquistas e Comunistas no Brasil, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1977, p. 222.

11. Astrojildo Pereira, "Pensadores, críticos e ensaístas", em Rubens Borba de Moraes e William Berrien, eds., Manual bibliográfico de estudos brasileiros, p. 656, citado por John W. Foster Dulles, op. cit., pp. 222 e 248.

12. Ver John W. Foster Dulles, op. cit., p. 222; e Otávio Brandão, Combates e batalhas: memórias, t. I. Ed. Alfa-Omega, São Paulo, p. 289.

13. Astrojildo Pereira, op. cit., p. 66.

14. Idem, ibidem, p. 68.

ba e da grande burguesia industrial, contra o imperialismo e o governo dos grandes proprietários rurais feudais"¹⁵.

Estas teses, que hoje se parecem extremamente esdrúxulas, refletiam o dogmatismo, que viria a imperar em toda a história do PCB, sua acentuada tendência a copiar modelos estrangeiros, a enquadrar a realidade nacional dentro de esquemas importados.

Essa tendência torna-se mais evidente nas resoluções do 3.º Congresso do PCB, realizado nos últimos dias de 1928 e primeiros dias de 1929. Em suas teses políticas dizia-se que a economia brasileira "pertence ao tipo de economia agrária, semifeudal, semicolonial"¹⁶. E nas resoluções sublinhava-se que "a situação política e sócio-econômica do Brasil é determinada pelos seguintes fatores principais: 1) a dominação imperialista; 2) a economia agrária; 3) o problema da terra; 4) a revolução democrático-burguesa". Por isso, a primeira etapa da revolução deveria levar à "solução do problema agrário através do confisco da propriedade latifundiária, da liquidação das sobrevivências semifeudais e da emancipação da dependência imperialista".¹⁷

Quanto "à pressão exercida pelo imperialismo sobre a política interna", afirma-se: "Seculares eram as ligações de dependência da burguesia agrária e conservadora do Brasil em relação ao imperialismo britânico; daí que o imperialismo norte-americano, como primeira etapa em seu plano de penetração, tenha procurado apolar-se na burguesia industrial, pretensamente liberal, mais jovem, mais ambiciosa, mais ousada. O agravamento dessa dupla e contraditória pressão externa não podia deixar de acentuar, como acentuou, como acentua cada vez mais, os antagonismos das forças sociais internas, aumentando a exploração e a opressão das massas laboriosas em geral. Tal a causa primordial dos descontentamentos populares acumulados nestes últimos anos e que explodiram nas revoltas de 5 de julho"¹⁸.

15. Otávio Brandão, op. cit., pp. 297-298.

16. Astrojildo Pereira, op. cit., p. 116.

17. "La Correspondencia Sudamericana", 1929, N.º 8, p. 24, citado por B. I. Koval, História do proletariado brasileiro (1857-1907). Ed. Nauka, Moscou, 1968, pp. 183-184 (edição em russo).

18. Astrojildo Pereira, op. cit., p. 118.

A partir de semelhante esquematismo chegava-se à formulação da "teoria da terceira revolta"; uma "terceira explosão revolucionária" que seria a continuação mais ampla e radical dos movimentos de 22 e 24. A esta perspectiva devia ajustar-se a posição do PCB: "Toda a tática do Partido Comunista deve, portanto, subordinar-se a esta etapa estratégica de mobilização das massas em vista do movimento que se prevê. O Partido Comunista deverá colocar-se à frente das massas, a fim de conquistar, por etapas sucessivas, não só a direção da fração proletária, mas a hegemonia de todo o movimento".¹⁹

Quando nos referimos ao dogmatismo, temos em vista a aplicação à realidade brasileira dos esquemas elaborados pela Internacional Comunista, particularmente as resoluções do VI Congresso da IC, realizado em 1928. Suas teses sobre os países coloniais e semicoloniais, entre os quais são incluídas as nações latino-americanas, passam a orientar a atividade do PCB. Ao consultar-se as "Teses sobre o movimento revolucionário nas colônias e semicolônias" do VI Congresso da IC, verifica-se a semelhança de suas análises com as apresentadas nos documentos do 3.º Congresso do PCB e, posteriormente, em outras resoluções deste partido. Nas "Teses" dizia-se, por exemplo: "Na América Latina os comunistas devem tomar parte ativa e geral no movimento revolucionário de massas dirigido contra o regime feudal e contra o imperialismo, inclusive lá onde este movimento ainda esteja sob a direção da pequena burguesia. Para isso, os partidos comunistas não devem se subordinar, em nenhuma hipótese, a seus aliados temporários. Ao mesmo tempo que os partidos comunistas lutam pela hegemonia no movimento revolucionário, devem esforçar-se em primeiro lugar pela independência política e organizativa do seu partido e trabalhar para que o Partido Comunista se converta no partido dirigente do proletariado".²⁰

19. Idem, *ibidem*, p. 119.

20. "Tesis sobre el movimiento revolucionario en las colonias y semicolonias" in VI Congreso de la Internacional Comunista, primera parte (tesis, manifestos y resoluciones). Ed. Cuadernos de Pasado y Presente, 66, México, 1977, p. 238.

Da mesma forma, é interessante destacar algumas das principais colocações do "Projeto de teses sobre o movimento revolucionário da América Latina", datado de 1930: -A América Latina é, no seu conjunto, um dos mais importantes campos de batalha do imperialismo ianque e do imperialismo britânico. Muito rapidamente, o primeiro conquista a hegemonia e faz da América Latina um vasto domínio colonial. O caráter semicolonial dos países da América Latina, apesar de sua independência política formal mais ou menos grande, é, por conseguinte, evidente". (...) "A classe dominante em quase todos os países da América Latina, qualquer que seja a forma política do poder, é" (...) "a classe dos grandes proprietários de terras, a serviço e em estreita ligação com o imperialismo britânico ou norteamericano" . . . "Em alguns países onde se desenvolveu uma burguesia nacional industrial independente da classe dos grandes proprietários de terras (Chile, Argentina, Brasil) esta classe não é, absolutamente, independente do imperialismo. Sua luta contra os grandes proprietários de terras é sempre a expressão da luta do imperialismo ianque contra o imperialismo britânico." (...) "O desenvolvimento industrial dos países da América Latina, modificando sua estrutura econômica e social, desenvolvendo novas e profundas contradições, criando maior instabilidade nas relações políticas e sociais, não lhe modifica o caráter semicolonial." (...) "Pelos condições históricas nas quais se desenvolve, por seu conteúdo de classe e por seus fins, o movimento revolucionário da América Latina pode, portanto, ser caracterizado, em geral, como um tipo democrático-burguês nos países semicoloniais onde dominam o problema agrário e o problema antiimperialista." (...) "Na fase democrático-burguesa do movimento revolucionário da América Latina, o momento mais importante, o momento decisivo para a realização das tarefas da revolução democrático-burguesa em si mesma, e para a sua ulterior transformação em uma revolução proletária é, portanto, o momento em que, no movimento de massas, a hegemonia passa das mãos de pequena burguesia para as mãos do proletariado e do seu partido comunista".²¹

21. Edgard Carone, *A Segunda República (1930-1934)*. Ed. Difel, São Paulo, 1978, pp. 332-346.

a "Resolução-Comentário do Secretariado da IC para a América Latina" de janeiro de 1930, aceita pelo Comitê Central do PCB, que incorporou suas teses principais à "Resolução do Bureau Político do Comitê Central do PCB" de 1932. Diz-se nesses documentos: "As próprias características da crise brasileira demonstram que os problemas mais agudos, os mais sentidos pelas massas trabalhadoras são: 1) feudalismo e exploração escravagista que a ele se liga; 2) os que provêm do caráter semicolonial do país, de sua exploração pelo imperialismo, da luta que eles travam para adquirir-lhe o monopólio; 3) os que nascem da ditadura política dos grandes proprietários de terras de café, da repressão crescente do governo contra as massas trabalhadoras, etc.

[Os fins da revolução brasileira serão, pois, desde o início, orientados para a abolição da grande propriedade de terra feudal, para a libertação do país do imperialismo, para a criação de uma larga democracia de massas trabalhadoras. A luta anticapitalista só se desenvolverá no curso da luta contra o feudalismo e o imperialismo, quando aparecer claramente às massas trabalhadoras que os capitalistas brasileiros defendem os grandes proprietários de terras e o imperialismo, aos quais estão ligados por milhares de laços econômicos, políticos e sociais.]

Deduz-se, pois, que o Brasil está diante de uma revolução de tipo democrático-burguês, ao qual se prende o caráter especial, fortemente antilimperialista e rapidamente anticapitalista".²²

O profundo desconhecimento da realidade latino-americana e das particularidades do capitalismo no Brasil levava o PCB à aceitação passiva das teses da IC, que, por sua vez, estavam impregnadas de dogmatismos e esquematismos.

Em primeiro lugar, deve-se destacar que nas teses da IC sobre a América Latina adiantavam-se análises e conclusões que haviam sido elaboradas tendo em vista os países asiáticos e africanos. Ocorria, portanto, uma abstração essencial relativa ao nível de desenvolvimento

22. Citado por Cid Silveira, "Teoria marxista da revolução brasileira", in Revista Civilização Brasileira, Ed. Civilização Brasileira, n.º 8, julho/1966, Rio, pp. 144-145.

capitalista já atingido naquela época por diversas nações latinoamericanas. A América era classificada em sua totalidade como semicolonial; quando muito, o Brasil e a Argentina eram considerados "países dependentes com germes da indústria e, às vezes, com um desenvolvimento industrial considerável".²³ Como assinala em seu livro Política e trabalho no Brasil, Paulo Sérgio Pinheiro, "ressalta-se o peso do feudalismo, mas não se consegue perceber as exigências às quais se submete o capitalismo, obrigado a preservar em alguns setores um sistema de relações de produção aparentemente 'não-capitalista' capaz de assegurar uma exploração extensiva da mão-de-obra. Em outras palavras, há dificuldade em perceber a dominação do modo de produção capitalista na formação social latino-americana sob a configuração das características específicas ali assumidas: a utilização de indicadores calcados nas análises das formações sociais europeias levará a concluir pela dominação do feudalismo, do pré-capitalismo, de situações semicoloniais".²⁴

Em segundo lugar, as análises da IC referentes à América Latina partem de um esquema simplista, em que os acontecimentos nesses países são sempre interpretados como um reflexo direto das contradições existentes entre os imperialismos inglês e americano, contradições estas que, sem dúvida, tinham uma importância determinada, que era, entretanto, absolutizada nas interpretações da IC (na época voltada para a luta contra o perigo de guerra mundial proveniente do acirramento das contradições interimperialistas). O trecho seguinte, publicado na "Correspondência Internacional", reflete claramente essa visão. "Torna-se claro que a derrubada de Washington Luís, a aniquilação da hegemonia dos paulistas, representa objetivamente o reforço das posições dos Estados Unidos e um enfraquecimento daquelas da Inglaterra".²⁵

23. Ver "Programa de la Internacional Comunista" in VI Congreso de la Internacional Comunista, op. cit., p. 287.

24. Paulo Sérgio Pinheiro, Política e trabalho no Brasil, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975, p. 156.

25. J. Majorski, "La guerra civile au Brésil et la crise économique mondiale", in Correspondance Internationale, n.º 95, 1930, pp. 1223-1224, citado por Paulo Sérgio Pinheiro, Política e trabalho no Brasil, op. cit., p. 166.

Em terceiro lugar, as teses da IC partiam de uma assimilação dogmática e mecânica das concepções leninistas sobre a Rússia czarista e o caráter da revolução neste país. A "análise concreta da situação concreta" levou Lênin a afirmar que a monarquia russa era o esteio dos latifundiários feudais, da velha burocracia e do generalato²⁶ e, portanto, um entrave para o "desenvolvimento vasto e rápido, europeu e não-asiático, do capitalismo"²⁷. Lênin dizia que "em países tais como a Rússia, a classe operária sofre menos em consequência do capitalismo do que pela insuficiência de desenvolvimento desse último. Por isso, a classe operária está absolutamente interessada no mais vasto, mais livre, mais rápido desenvolvimento do capitalismo. É indubitavelmente benéfica para a classe operária a eliminação de todas as velhas reminiscências que entorpecem o desenvolvimento amplo, livre e rápido do capitalismo. A revolução burguesa é, exatamente, a revolução que mais decididamente varre os restos do que é antiquado, as reminiscências do feudalismo (as quais pertencem não só à autocracia, mas também à monarquia) e garante, de modo mais completo, o desenvolvimento mais amplo, mais livre, mais rápido do capitalismo"²⁸.

Ao mesmo tempo, Lênin mostrava que nas condições da Rússia do início do século XX, na época do imperialismo, a burguesia só era a favor da revolução de uma "forma inconseqüente, interesseira e covarde".²⁹ E a única classe capaz de levar a revolução burguesa até o fim era o proletariado em aliança com os camponeses. Essa é a razão do caráter democrático-burguês da revolução e da necessidade do proletariado alcançar a hegemonia no processo revolucionário para assegurar seu prosseguimento rumo à revolução socialista.

As tendências dogmáticas tanto na IC, como no PCB, conduziram a uma transposição mecânica das idéias de Lênin para uma realidade inteiramente distinta, como a da América Latina, em geral, e do Brasil, em parti-

26. Ver V. I. Lênin, "Cartas desde lejos", in Obras Escogidas, t. 2. Ed. Progreso, Moscú, 1975. p. 25.

27. V. I. Lênin, Duas táticas da social democracia na revolução democrática, Ed. Calvino Limitada, Rio de Janeiro, 1945, p. 73.

28. Idem, ibidem, pp. 75-76.

29. Idem, ibidem, p. 152.

cular. Em vez de partir-se do estudo do processo real do desenvolvimento capitalista nesses países, passava-se a identificar a situação no campo com um suposto feudalismo, que, juntamente com o imperialismo, desempenhavam o papel de entraves ao desenvolvimento do capitalismo. Enquanto o capitalismo encontrava novas formas de desenvolver-se nas condições de dependência do imperialismo e de manutenção de determinados tipos de relações de produção não-capitalistas, considerava-se que nas semicolônias era necessário realizar a revolução agrária e antiimperialista — que seria a forma concreta da revolução democrático-burguesa, sob a hegemonia da classe operária — para assegurar o desenvolvimento capitalista livre e independente nesses países.

Tratava-se, portanto, de uma falsa visão estratégica da revolução; uma vez que não resultava da análise concreta das contradições reais presentes na formação social brasileira ou de outros países latino-americanos. O desconhecimento das particularidades do desenvolvimento capitalista em países dependentes do imperialismo como o Brasil, onde a dominação imperialista não só não representava um entrave ao capitalismo, como propiciava seu desenvolvimento dependente, conservando e utilizando para isso estruturas anteriores do tipo pré-capitalista — nesse sentido hoje há toda uma série de estudos de diversos autores, como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, dedicados à análise das características do capitalismo dependente³⁰ — levava à separação mecânica entre a

30. Ver, por exemplo: Florestan Fernandes, Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1975; Florestan Fernandes, A revolução burguesa no Brasil (Ensaio de interpretação sociológica). Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1975; Florestan Fernandes, Circuito Fechado, Ed. Hucitec, São Paulo, 1976; Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Dependência e desenvolvimento na América Latina (ensaio de interpretação sociológica), Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1975; Fernando Henrique Cardoso, O modelo político brasileiro. Ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972; Fernando Henrique Cardoso, Autoritarismo e democratização. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975; Francisco de Oliveira, "A economia brasileira: crítica à razão dualista", in Estudos Cebrap, n.º 2. Ed. Brasileira de Ciências Ltda., São Paulo, outubro/1972; Francisco de Oliveira, A economia da dependência imperfeita, Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1977.

luta antiimperialista e a luta anticapitalista. Pretendia-se realizar uma revolução de libertação nacional — a etapa democrático-burguesa —, em que fossem liquidados os restos feudais e a dominação imperialista e, assim, criadas as condições para um desenvolvimento capitalista autônomo. Deixava-se de perceber que este esquema era impraticável e que a luta antiimperialista tinha um conteúdo marcadamente anticapitalista, uma vez que o capitalismo possível em países como o Brasil é o capitalismo dependente e associado aos monopólios estrangeiros. Liquidar a dominação imperialista significa, portanto, dar um golpe de morte no capitalismo; jamais contribuir para o seu desenvolvimento, ainda por cima autônomo.

Essa visão estratégica errônea tem um conteúdo de direita na medida que se propõe um objetivo já ultrapassado pelo próprio processo de desenvolvimento histórico no Brasil: desenvolver o capitalismo. (Na Rússia czarista e feudal, realizar a revolução burguesa para desenvolver o capitalismo era uma tarefa progressista, como Lênin soube mostrar.) No Brasil, a revolução burguesa possível nas condições históricas desse país deu-se num processo distinto das revoluções burguesas nos países desenvolvidos, como bem o revela o sociólogo Florestan Fernandes.³¹ A tarefa do Partido Comunista consiste, portanto, em encontrar o caminho para a revolução socialista, partindo das particularidades concretas do capitalismo dependente que se formou nesse país. Não se trata de romper com a dependência para desenvolver o capitalismo, mas de, rompendo com a dependência, golpear o capitalismo e avançar rumo à revolução socialista.

Uma concepção estratégica falsa e de direita teria que conduzir na prática a uma política de conciliação de classes, de subestimação do trabalho junto às grandes concentrações operárias e de debilitamento orgânico do PCB. Uma estratégia errônea teria que acarretar táticas também errôneas e evadas de vacilação e de atitudes contraditórias. Na medida em que faltava uma análise concreta da burguesia brasileira, dos seus diversos

31. Ver Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, op. cit., pp. 203-221.

setores e de suas diferentes posições políticas, apelava-se para os esquemas em que uma suposta burguesia nacional — categoria importada de modelos elaborados para outros países — ora era considerada a serviço do imperialismo, ora uma força até mesmo revolucionária. Uma correta política de alianças teria que ser fruto da compreensão exata do capitalismo dependente, de suas contradições, da real estrutura de classes da sociedade brasileira, do seu sistema político.

Somente uma estratégia correta, derivada da análise concreta do capitalismo dependente que vinha se desenvolvendo no Brasil, poderia assegurar a formulação de objetivos táticos que efetivamente contribuíssem para a acumulação de forças necessárias à formação do bloco de forças sociais e políticas — sob a direção da classe operária — capaz de empreender o caminho da revolução socialista.

A continuidade da mesma concepção estratégica de direita — Essa mesma concepção estratégica da revolução no Brasil é mantida nos documentos posteriores do PCB, não obstante todas as viradas táticas que são efetuadas. Assim, se em 1930 os diferentes setores da burguesia eram considerados simples instrumentos dos imperialismos inglês ou americano, em 1935 o PCB luta por uma ampla frente única da qual devem participar setores burgueses — a parte da burguesia nacional não vendida ao imperialismo”.³² A estratégia, entretanto, continua a mesma. O PCB se empenha na criação e direção da Aliança Nacional Libertadora, cujo programa é “antiimperialista, antifeudal e antifascista”.³³ O Manifesto de 5 de julho de 1935 levantava o problema da “luta pela libertação nacional do Brasil”³⁴ e diz que o “governo popular revolucionário” que era proposto seria “um governo do povo contra o imperialismo e o feudalismo”.³⁵ Deixava implícita a necessidade de desenvolver o capitalismo e de que este pudesse vir a tornar-se autônomo: “A distribuição das terras dos grande lati-

32. Ver o “Manifesto de 5.7.1935”, publicado em *A Platéia*, 6 7 1935 e citado por Edgard Carone, *A Segunda República (1930-1937)*, op. cit., p. 433.

33. *Idem*, p. 437.

34. *Idem*, p. 438.

35. *Idem*, p. 439.

fundiários aumentará a atividade do comércio interno e abrirá o caminho à uma mais rápida industrialização do país, independentemente de qualquer controle imperialista".³⁶

É interessante observar como uma estratégia de direita — uma revolução de libertação nacional que abrisse possibilidades para o desenvolvimento capitalista — permitia a formulação de uma tática esquerdista no programa da Aliança Nacional Libertadora. Assim, dizia-se no "Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário": "Nas condições atuais do Brasil, frente à ameaça do mais terrível fascismo, frente à completa colonização do nosso país pelo imperialismo, ao qual vale ele sendo vendido cinicamente pelo governo de traição nacional de Getúlio e de seus mais fiéis lacaios nos estados, o que nós, da ANL, proclamamos é a necessidade de um governo surgido realmente do povo em armas, compreendendo como um povo a totalidade da população de um país, com exclusão somente dos agentes imperialistas e da minoria insignificante que os segue". (...) "No Governo Popular deverão estar representadas todas as camadas sociais, inclusive a burguesia nacional, pelos seus elementos realmente antiimperialistas e antifascistas. O Governo Popular, governo surgido do povo em armas, não será um governo somente de operários e camponeses, será o governo da ampla frente única de todos os brasileiros antiimperialistas." (...) "O Governo Popular Nacional Revolucionário não significa a liquidação da propriedade privada sobre os meios de produção, nem tomará sob seu controle as fábricas e empresas nacionais. O referido governo, dando início no Brasil ao desenvolvimento livre das forças de produção, não pretende a socialização da produção industrial e agrícola porque nas condições atuais do Brasil só será possível, com a implantação da verdadeira democracia, liquidar o feudalismo e a escravidão, dando todas as garantias para o desenvolvimento livre das forças de produção do país."³⁷

36. Idem, p. 439.

37. "Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário", in Hélio Silva, 1935 — A revolta vermelha, O ciclo de Vargas, volume VIII. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1969, pp. 443-450.

Após a derrota da Insurreição armada de novembro de 1935, o PCB atravessa anos de grandes dificuldades e, em 1940, sua direção central é toda presa. O Partido é desarticulado pela repressão policial, e somente em 1943 é reorganizada a direção e eleito Luiz Carlos Prestes secretário-geral, embora se encontrasse preso desde 1936. Isso ocorre na Conferência da Mantiqueira, realizada em agosto de 1943, quando também é traçada uma nova orientação política. É adotada a tese da união nacional em torno do governo para derrotar o nazifascismo. Partia-se de uma análise em que era privilegiada a situação internacional, subordinando-se toda a política dos comunistas à derrota do nazismo. Dizia-se, por exemplo: "Estamos em guerra contra o nazismo. Esta guerra é para nós questão de vida ou de morte, é sem exagero uma guerra pela independência nacional. O essencial, portanto, é vencer a guerra. Para isto, precisamos no país da mais forte e ampla unidade nacional. Esta unidade, praticamente, pode e deve ser alcançada em torno do governo constituído, o que aí temos, e que, apesar de todos os seus erros e defeitos, já deu incontestavelmente grandes passos ao lado das Nações Unidas..."³⁸. E ainda: "Somos no momento radicalmente contrários a qualquer luta contra o governo constituído e estamos certos de que é esta também a opinião da maioria esmagadora da nação. Apolar o governo para ganhar a guerra é o que todos desejamos..."³⁹

Como era reconhecido, em 1945, pela própria direção do PCB, a orientação aprovada na Conferência da Mantiqueira não soube mostrar que "a luta pela guerra era inseparável da luta pela democracia no país".⁴⁰ Na realidade, toda a concepção da unidade nacional estava estreitamente ligada à visão estratégica da luta pelo desenvolvimento do capitalismo na democracia, que seria conquistada e assegurada com a vitória mundial sobre o nazifascismo. Alimentavam-se ilusões profundas quanto às possibilidades reais do imperialismo com o

38. Luiz Carlos Prestes, Problemas atuais da democracia. Ed. Vitória Ltda., Rio de Janeiro, s./d., p. 46.

39. Idem, ibidem, p. 56.

40. "Os comunistas na luta pela democracia" (Informe Político apresentado em nome da Comissão Executiva ao Pleno do Comitê Nacional do PCB, em agosto de 1945. "Pleno da Vitória"), in L. C. Prestes, Problemas atuais..., op. cit., p. 137.

da guerra. Liquidado o nazismo, não haverá nenhuma outra grande nação imperialista (altamente industrializada) para sustentar contra a vontade dos povos qualquer ditador. Nenhum neofascismo será, portanto, possível".⁴¹

A idéia da unidade nacional e da sua ligação com a visão estratégica da revolução democrático-burguesa, uma visão notadamente de direita, era apresentada da seguinte maneira: "... Se a democracia for restabelecida durante a guerra, a união nacional em torno do governo permitirá uma transição dentro da lei e da ordem até a constitucionalização definitiva do país. Com a derrota do nazismo o governo de guerra e de união nacional será então para o povo um governo vitorioso, contando com o apoio espontâneo e livre das grandes massas trabalhadoras que na defesa de suas conquistas democráticas serão as mais interessadas em sustentá-lo para que se faça em ordem a reconstitucionalização do país. Depois da terrível e longa noite fascista e de tantos anos de guerra, de dor e de miséria, os povos querem paz e ao proletariado mais adiantado e consciente, aos comunistas, em uma palavra, o que convém é a consolidação definitiva das conquistas democráticas sob um regime republicano, progressista e popular.

Ora, uma tal república, para que possa ser instituída sem maiores choques e lutas, dentro da ordem e da lei, não poderá ser de forma alguma uma república soviética, isto é, socialista, mas capitalista, resultante da ação comum de todas as classes sociais, democráticas e progressistas, desde o proletariado até a grande burguesia nacional, com a só exceção de seus elementos mais reacionários, numericamente insignificantes...

Que essa seja, no caso particular do Brasil, a única perspectiva justa para um marxista parece não poder haver nenhuma dúvida, pois é evidente que entre nós faltam para uma revolução socialista não só as mais elementares condições subjetivas como as imprescindíveis condições objetivas. Aliás, os comunistas do Brasil sempre lutaram pela revolução democrático-burguesa, como é fácil verificar pelos seus documentos mais autorizados...

41. Idem, ibidem, p. 66.

Além disso, objetivamente, num país industrialmente atrasado como o nosso a classe operária sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento capitalista e do atraso técnico de uma indústria pequena e primitiva.

O que convém agora à classe operária é a liquidação dos restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento o mais amplo, o mais livre e o mais rápido do capitalismo no país. Na situação atual do Brasil, podemos afirmar com Lênin que nada pode haver de mais reacionário do que pretender a salvação da classe operária em qualquer coisa que não seja o desenvolvimento ulterior do capitalismo. Está nisso a base material, objetiva, de uma ação democrática unificada, perfeitamente possível nas condições brasileiras do mundo de após-guerra, do proletariado com a burguesia nacional progressista".⁴²

Se analisarmos os diversos documentos do PCB no período de sua legalidade (de 1945 a 1947), verificaremos a continuidade dessas mesmas concepções estratégicas e de toda uma política marcadamente de direita, em que propunha a união nacional de todas as classes para assegurar "dentro da ordem e da tranquilidade" a "livre e rápida expansão do capitalismo no país".⁴³ Semelhante concepção do processo revolucionário no Brasil fazia com que o PCB passasse a ser encarado não mais como o partido da classe operária, mas como um partido antilimperialista e de todo o povo⁴⁴, que desenvolvia uma política de colaboração de classes — "não poupando esforços para encontrar sempre a solução harmônica e pacífica de todas as divergências e contradições de classe que porventura nos possam separar e dividir"⁴⁵ —, e que propunha aos operários "apertar a barriga e passar fome" para garantir a continuidade do processo democrático.⁴⁶

As ilusões parlamentaristas eram outro aspecto de toda essa visão do desenvolvimento capitalista na democracia. Assim, dizia-se: "Estamos convencidos de que

42. Idem, ibidem, pp. 70-71.

43. Idem, ibidem, p. 111.

44. Idem, ibidem, p. 83.

45. Idem, ibidem, p. 81.

46. Idem, ibidem, p. 177.

dentro de um Parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo, será possível e relativamente fácil encontrar a solução progressista de todos os nossos problemas. Será possível então legislar sobre a propriedade da terra, em particular dos latifúndios abandonados nas proximidades dos grandes centros de consumo e das vias de comunicação já existentes, colocando seus donos ante o dilema inexorável de explorá-los por métodos modernos ou de entregá-los ao Estado para que sejam suas terras distribuídas gratuitamente à massa camponesa sem terra que nelas queira viver, trabalhar e produzir para o mercado interno em expansão e cada vez mais livre, do que tanto necessita a nossa indústria. Num Parlamento democrático será possível legislar contra o capital estrangeiro mais reacionário, contra os contratos lesivos ao interesse nacional e ao progresso do país".⁴⁷

Com o avanço da "guerra fria", o PCB é colocado fora da lei em maio de 1947. Sua política anterior voltada no sentido de garantir a "ordem e a tranquilidade" havia levado à desmobilização das massas e ao desencanto da classe operária com o Partido. O fechamento do PCB não provoca nenhuma reação importante das massas e a própria direção é surpreendida pelos acontecimentos. O passo seguinte do governo Dutra é propor a extinção dos mandatos dos parlamentares eleitos pela legenda do PCB. No mesmo dia, 16 de maio de 1947, tem lugar uma virada brusca na tática do PCB, que passa a exigir a renúncia imediata de Dutra, como única forma de restabelecer "a ordem e a democracia", "violadas pelo governo".⁴⁸ Como assinala o sociólogo Ricardo Maranhão, "o Partido, sem mudar a concepção estratégica do processo político brasileiro, elaborada na conjuntura anterior, passou a tomar atitudes tacticamente radicais, mas sua ação se limitava ao universo das instituições parlamentares, sem mobilizar efetivamente seu potencial de apoio de massa".⁴⁹

47. Idem, *ibidem*, pp. 86-87.

48. "Hoje", 17/5/1947, citado por Ricardo Maranhão, *Sindicatos e democratização (Brasil 1945/1950)*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1979, p. 89

49. Ricardo Maranhão, *op. cit.*, p. 89.

O manifesto de Janeiro de 1948 representa uma "guinada à esquerda" na orientação tática do PCB. O governo de Dutra passa a ser considerado de "traição nacional" e "a serviço do imperialismo norte-americano".⁵⁰ É lançada a palavra-de ordem de "derrubada do atual governo de traição nacional, pela instauração no país de um governo popular, democrático e progressista, único capaz de salvar o país da miséria, do aniquilamento, da perda total de sua soberania".⁵¹

A autocrítica realizada pela direção do PCB em 1948 é extremamente elucidativa daquilo que estamos procurando mostrar: a continuidade da mesma concepção estratégica de direita, não obstante as inúmeras guinadas táticas à "esquerda" e à direita. Trata-se de uma violenta autocrítica das posições táticas do Partido no período anterior, em que se reconhece uma "tendência direita... que... se caracteriza... pela sistemática contenção da luta das massa proletárias em nome da colaboração operário-patronial e da aliança com a 'burguesia progressista', assim como pela pouca atenção dada às lutas dos trabalhadores rurais contra o latifúndio, que significa a subestimação na prática da massa camponesa como principal aliado do proletariado".⁵²

Dizia-se ainda: "Evitamos, de fato, falar sobre nossos objetivos estratégicos ou, mesmo quando a eles nos referíamos, ... não éramos suficientemente consequentes para atacar a reação e manter uma atitude firme de oposição ao governo Dutra, mero instrumento da reação e do imperialismo norte-americano. E por isso não fomos também capazes de desmascarar a composição de classe tremendamente reacionária da Assembléia Constituinte que não quis abolir a Carta de 1937 e, alimentando nas massas ilusões a seu respeito, não soube-mos também demonstrar com o vigor necessário o cunho retrógrado da nova Carta Constitucional de 18 de setembro".⁵³ E reconhecia-se que "caímos no exagero de ver em qualquer greve ou movimento de massas espontâneo

50. Luiz Carlos Prestes, "Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antilimperialista", brochura, p. 4.

51. Idem, *ibidem*, p. 33.

52. Idem, *ibidem*, p. 25.

53. Idem, *ibidem*, p. 25.

uma provocação perigosa e sempre contrária aos interesses do proletariado".⁵⁴

Fazia-se também uma autocrítica da exigência lançada um ano antes da "renúncia de Dutra", caracterizando-a como "a influência de ideologia estranha ao proletariado, de tendências pequeno-burguesas 'tenentistas' que se manifestam então no Partido, mesmo em sua direção".⁵⁵ Entretanto, apesar de condenar-se a "preocupação de ordem e tranquilidade, as grandes ilusões reformistas em conquistas parlamentares ou dentro dos estreitos limites da democracia burguesa"⁵⁶, em nenhum momento era questionada nem a análise da realidade brasileira, nem a estratégia do PCB. O Brasil continuava a ser "um país atrasado, semifeudal e semicolonial",⁵⁷ cuja estrutura econômica "constitui obstáculo principal ao progresso nacional", e "é contra isto que precisamos lutar levantando com coragem e audácia a solução dos problemas fundamentais da revolução agrária e antiimperialista em nossa pátria. Este é o nosso objetivo estratégico".⁵⁸ Continuava-se a ver na "industrialização" o caminho para a emancipação nacional.⁵⁹

No Informe Político da Comissão Executiva ao Comitê Nacional do PCB, de maio de 1949, é definido claramente o caráter da revolução como "democrático-burguês": trata-se de "remover as causas profundas do atraso e da reação política, afastar os obstáculos que impedem o desenvolvimento das forças produtivas no país. Isto implica na luta conseqüente contra os restos feudais e todas as formas pré-capitalistas de exploração, quer dizer, na revolução agrária, de um lado; e de outro, na luta contra o imperialismo estrangeiro, norteamericano em particular nos dias de hoje, e pela independência nacional. No imperialismo e no feudalismo, particularmente no primeiro, estão os inimigos mortais de nosso povo. Mas essa revolução agrária e antiimperialista, revolução democrática em sua forma e burguesa pelo seu conteúdo econômico e social, a realizar-se em

54. Idem, ibidem, p. 27.

55. Idem, ibidem, p. 28.

56. Idem, ibidem, p. 26.

57. Idem, ibidem, p. 26.

58. Idem, ibidem, p. 32.

59. Idem, ibidem, p. 36.

plena época da revolução proletária e da construção do socialismo numa boa parte do mundo, só pode ser realizada sob a direção do proletariado".⁶⁰

Para a realização da revolução democrático-burguesa era proposta a criação de uma "ampla frente democrática e de libertação nacional", que "sob a direção do proletariado, poderá quebrar a reação, substituir a atual ditadura feudal-burguesa por um governo democrático, popular e progressista, capaz de iniciar a solução dos problemas da revolução agrária e antiimperialista, reconquistar a independência nacional e de deslocar o Brasil do campo do imperialismo e da reação para o campo do progresso e da democracia".⁶¹ O Partido era caracterizado como "o único partido político realmente antiimperialista",⁶² deixando claro que para a aplicação de uma estratégia antiimperialista era coerente a visão de um partido que tivesse "esse caráter político". Era ainda evidente a profunda ilusão de classe de supor viável um desenvolvimento capitalista autônomo do imperialismo, que permitisse, inclusive, deslocar o Brasil do campo do imperialismo para o "campo do progresso e da democracia".

A 1.º de agosto de 1950 é lançado, em nome do Comitê Nacional do PCB, o famoso "Manifesto de Agosto". Tratava-se da continuação das mesmas teses expostas em 48 e 49: a "Frente Democrática de Libertação Nacional" para "libertar o país do jugo imperialista e pôr abaixo a ditadura de latifundiários e grandes capitalistas, substituir o governo da traição, da guerra e do terror contra o povo pelo governo efetivamente democrático e popular".⁶³ A estratégia continuava a mesma: a revolução de libertação nacional para "impulsionar o desenvolvimento independente da economia nacional", ou seja, para assegurar o desenvolvimento livre e independente do capitalismo. O suposto "esquerdismo" se resumia à tática e ao palavreado, este sim extremamente radical. Tática essa que, entretanto, não conseguia ser

60. "Informe Político" da Comissão Executiva ao Comitê Nacional do PCB apresentado por Luiz Carlos Prestes, em maio de 1949, brochura, 1949, p. 76.

61. Idem, ibidem, p. 5.

62. Idem, ibidem, p. 5.

63. Manifesto de Agosto de 1950, brochura, Rio, 1950, p. 19.

posta em prática pelo próprio fato de não ser decorrência de uma política alicerçada na análise concreta do país. A tática passava por guinadas bruscas ao sabor dos acontecimentos, que, na maior parte das vezes, constituíam surpresa para os comunistas, incapazes de prevêê-los. Não se tratava, portanto, como L. Konder em seu livro⁶⁴, de um acentuado "esquerdismo" na linha política do PCB a partir de 1948; só uma análise superficial pode levar a tal conclusão. A estratégia de direita permanecia com todas suas conseqüências desastrosas, dentre as quais a mais importante consistia exatamente na incapacidade de formular uma orientação tática que correspondesse à real correlação de forças sociais e políticas e permitisse o avanço rumo a objetivos políticos corretos que só poderiam ser decorrência de uma justa análise das particularidades do capitalismo dependente que se desenvolvia no Brasil.

Em 1954, realizou-se o 4.º Congresso do PCB, em que foi aprovado o Programa do Partido. Eram reafirmadas, no fundamental, as mesmas teses do "Manifesto de Agosto". Assim, no Informe do Balanço do Comitê Central do PCB ao 4.º Congresso do Partido, dizia-se: "A revolução brasileira em sua etapa atual é, assim, uma revolução democrático-popular, de cunho antiimperialista e agrária, antifeudal. É uma revolução contra os imperialistas norte-americanos e contra os restos feudais e tem por objetivo derrocar o regime dos latifundiários e grandes capitalistas. Libertando o Brasil do jogo dos imperialistas norte-americanos e dos restos feudais, desloca, simultaneamente, o país do campo da guerra e do imperialismo para o campo da paz, de democracia e do socialismo. O Programa do Partido reflete essa justa caracterização da revolução brasileira em sua atual etapa"⁶⁵.

Destaca-se ainda: "No que concerne às relações com a burguesia nacional, o Programa do Partido não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimen-

to da indústria nacional. Essa posição é acertada, decorre de uma justa compreensão do caráter da revolução brasileira em sua primeira etapa, quando as necessidades já maduras do desenvolvimento da sociedade brasileira, que exige solução imediata, são exclusivamente as de caráter antiimperialista e antifeudal. A burguesia nacional não é, portanto, inimiga; por determinado período pode apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais"⁶⁶.

A "Declaração de Março de 1958" resultou de uma grave convulsão interna, que teve lugar no PCB após as denúncias contra "o culto da personalidade" feitas no XX Congresso do PCUS. Como não poderia deixar de ser, no decorrer de longos anos de uma visão estratégica falsa, sérias deformações haviam se acumulado no funcionamento interno do PCB. Sem uma estratégia correta, não era possível ter uma política de organização justa. O Partido Comunista é o instrumento de transformação da sociedade capitalista em socialista, e uma política voltada fundamentalmente para o desenvolvimento do capitalismo teria que resultar numa concepção deformada do Partido Comunista, de seus objetivos e métodos de funcionamento. O esmagamento da democracia interna passará a ser uma constante na vida interna do PCB. Este aspecto, aliado ao afastamento cada vez mais flagrante da orientação política do Partido das condições nacionais e ao abalo provocado no movimento comunista internacional com as revelações feitas no XX Congresso do PCUS, fez com que explodisse a crise que vinha se desenvolvendo no PCB.

Afinal, em 1958, a direção e o Partido se reunificam em torno da "Declaração de Março", que passou a ser considerada uma nova etapa na vida do PCB. Cabe analisar a validade de tal afirmação, à qual nos referíamos no início deste artigo. Uma nova autocrítica é feita, onde, diferentemente da autocrítica de 1948, são criticados os erros de "esquerda"⁶⁷. Dizia-se que "a essência

64. Leandro Konder, A democracia e os comunistas, op. cit., p. 73.

65. "Informe de Balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do PCB", in Problemas, Dezembro/1954 a Fevereiro/1955, n.º 64, p. 65.

66. Idem, p. 61.

67. Ver artigo de Luiz Carlos Prestes, "São indispensáveis a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política", in PCB: vinte anos de política, op. cit., pp. 29-36.

de nossos erros políticos, cujas raízes mergulham no subjetivismo, consiste... numa compreensão 'esquerdista' do processo revolucionário".⁶⁸ Entretanto, novamente a autocrítica estava voltada apenas para a tática, deixando a concepção estratégica intocada.

Assim, na "Declaração de Março" continuava-se a fazer uma separação mecânica entre a luta contra o imperialismo e o latifúndio, de um lado, e o capitalismo, de outro. Dizia-se existir na sociedade brasileira duas contradições fundamentais. "A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução dessas duas contradições fundamentais".⁶⁹ A seguir assinalava-se que "a sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática".⁷⁰

Permanece, portanto, a fidelidade à tese da necessidade de realizar a revolução antiimperialista e antifeudal para desenvolver o capitalismo no Brasil. Como falar, nessas condições, numa "autocrítica profunda" ou numa nova etapa na vida do PCB? Sem dúvida, algumas mudanças tiveram lugar na tática, que passou a ser a da luta por um governo nacionalista e democrático, na visão de um possível "caminho pacífico — tese proveniente do XX Congresso do PCUS —, numa maior preocupação com o movimento de massas em geral e com o movimento nacionalista então em desenvolvimento, em particular. Ocorria também uma certa liberalização no

68. Idem, p. 34.

69. "Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro de Março de 1958". in PCB: vinte anos de política, op. cit., p. 13.

70. Idem, p. 13.

partido, fruto da explosão de descontentamento com o mandonismo imperante no período anterior.

Entretanto, não seria correto afirmar que com a "Declaração de Março", o "PCB iniciou sua longa caminhada em direção a uma ampla política de massas",⁷¹ pois, em primeiro lugar, se estaria negando todo o passado de lutas do PCB, negando páginas da sua história, como a formação de uma ampla frente única em 1935 — a Aliança Nacional Libertadora —, e, em segundo lugar, seria exagerar os êxitos reais que o Partido obteve no período pós-1958, esquecendo a grave derrota de 1964 — testemunho de que sua ligação com as massas era na verdade muito débil. Debilidade esta que provinha de muitos anos de erros acumulados, de uma visão estratégica da revolução falsa e de direita, de orientações táticas imediatistas e desligadas de uma visão política geral.

Ao mesmo tempo, seria falso dizer que com a "Declaração de Março" e, posteriormente, com o 5.º e 6.º Congressos do PCB, teria sido superada a ausência da democracia interna e corrigidos os métodos mandonistas e autoritários, como nos quer fazer crer L. Konder em seu livro citado.⁷² Como é sabido, no 6.º Congresso, realizado em 1967, da mesma maneira que no 4.º, o que prevaleceu não foi a opinião da maioria dos militantes; ao contrário, diversas organizações que discordaram da orientação defendida pelo CC foram dissolvidas e impedidas de se fazerem representar na plenária do Congresso. Na verdade, continuaram os mesmos métodos, talvez um tanto liberalizados, de imposição de opiniões e ausência de debate democrático, como é mostrado agora por Luiz Carlos Preses em sua "Carta aos Comunistas".

Quanto ao problema da democracia, segundo os defensores da atual linha política do PCB, a partir da "Declaração de Março" passou a prevalecer "uma tendência que reconhecia a necessidade de uma reflexão nova em torno da 'questão democrática' — tanto ao nível da atividade político-partidária como ao nível da sociedade em geral".⁷³ Ao nível da atividade político-

71. Ver David Capistrano Filho, Vinte anos de PCB, op. cit.

72. Leandro Konder, A democracia e os comunistas, op. cit., pp. 116-117.

73. Idem, ibidem, p. 104.

partidária, o que a prática tem mostrado é que a democracia interna permaneceu ausente da vida do PCB (ver a "Carta aos Comunistas" de L. C. Prestes). Ao nível da sociedade, o "reconhecimento de que havia um processo objetivamente favorável à luta pela democracia vinculada ao próprio desenvolvimento capitalista",⁷⁴ não constituía novidade no acervo das concepções imperantes na direção do PCB. Como vimos no decorrer da análise das principais teses sobre o processo revolucionário no Brasil, que se sedimentam no curso de toda a história do PCB, a visão da democracia sempre esteve associada à necessidade de desenvolver o capitalismo, à industrialização do país.

Assim, o imperialismo e o latifúndio sempre foram encarados como os fatores que entravam o desenvolvimento capitalista livre e independente e o que seria o seu reflexo natural na vida política — o processo de democratização. Segundo esta visão, a revolução democrático-burguesa (agrária e antiimperialista ou, mais recentemente, nacional e democrática) teria como tarefa principal remover esses entraves e assegurar o desenvolvimento capitalista na democracia. Os períodos de maior autoritarismo e repressão não passariam de percalços no processo de democratização inerente ao desenvolvimento capitalista em curso, apesar da permanência do imperialismo e do latifúndio.

Sem dúvida, essas teses são reafirmadas na "Declaração de Março" — e não constituem, portanto, uma "reflexão nova" — quando se diz: "A democratização do regime político do país, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não segue o seu curso em linha reta, mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certos momentos, retrocessos ou brutais interrupções, como sucedeu com o Estado Novo, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião do golpe de 1954. Mas o processo de democratização é uma tendência permanente".⁷⁵ E, mais adiante, afirma-se: "É na luta contra o imperialismo narte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento

independente e o processo de democratização da vida política do país".⁷⁶

Como já tivemos oportunidade de assinalar, esse conjunto de concepções provém do desconhecimento das particularidades do capitalismo dependente num país como o Brasil e da aplicação dogmática e mecânica de esquemas elaborados para realidades distintas. O desenvolvimento capitalista nas condições de dependência e associação crescente com as multinacionais levaria a que o capitalismo no Brasil adquirisse características cada vez mais acentuadas de capitalismo monopolista com todas as suas implicações, incluindo a tendência à reação e ao autoritarismo. O que viria a predominar, como tendência, e isso ficou mais claro a partir do golpe de 1964, era o processo de limitação crescente das liberdades e não o de democratização. Realmente, a democracia — sempre muito limitada no Brasil — não passou de momentos de nossa história, quando as massas, freqüentemente dentro de um contexto internacional favorável, como em 1945, a conquistaram através de grandes lutas. Nunca foi uma consequência natural do desenvolvimento capitalista, retardatário e dependente, selvagem e difícil.

O sociólogo Florestan Fernandes demonstra de maneira fundamentada (ver suas obras, principalmente *A revolução burguesa no Brasil*) as consequências antidemocráticas e autoritárias do tipo de desenvolvimento capitalista dependente que vem se dando no Brasil. Assim, ao examinar as características da revolução burguesa nos países capitalistas dependentes, assinala: "Aí, a revolução burguesa combina — nem poderia deixar de fazê-lo — transformação capitalista e dominação burguesa. Todavia, essa combinação se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem qualquer probabilidade de 'repetição histórica' ou de 'desencadeamento automático' dos pré-requisitos do referido modelo democrático-burguês. Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação racional entre desen-

74 Idem, *ibidem*, p. 104.

75 "Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro de Março de 1958". *op. cit.*, p. 8.

76. Idem, p. 9.

volvimento capitalista e autocracia".⁷⁷ E acrescenta: "O capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político. E, ao contrário do que se supõe e ainda se supõe em muitos círculos intelectuais é falso que as burguesias e os governos das nações capitalistas hegemônicas tenham qualquer interesse em inibir ou perturbar tal fluxo do elemento político, pelo enfraquecimento provocado das burguesias dependentes ou por outros meios. Se fizessem isso, estariam fomentando a formação de burguesias de espírito nacionalista revolucionário (dentro do capitalismo privado)... Estariam, portanto, trabalhando contra os seus interesses mais diretos, que consistem na continuidade do desenvolvimento capitalista dependente e subdesenvolvido".⁷⁸

As mesmas concepções, a que nos referimos acima, sobre as possibilidades de um desenvolvimento capitalista independente e democrático, fruto de uma revolução nacional e democrática, sob a hegemonia da classe operária, mas com a participação da chamada burguesia nacional, foram reafirmadas nas Resoluções do 5.º e do 6.º Congressos do PCB, assim como nos documentos posteriores do seu Comitê Central. O golpe de 1964 foi interpretado como um acidente no processo de democratização, que vinha se desenvolvendo desde 1930 com a industrialização capitalista. Tratar-se-la, portanto, de derrotar a ditadura para voltar ao leito normal do desenvolvimento capitalista democrático. Esta é a concepção que continua a imperar e é veiculada pelo semanário *Voz da Unidade*, que se apresenta como porta-voz do Comitê Central do PCB.

E se em algum sentido é possível aceitar a tese do "início de uma nova fase na vida do Partido" a partir de 1958, seria exclusivamente no de que nesse momento teve início uma longa caminhada para posições cada vez mais de direita, em que alguns lances "esquerdistas", principalmente às vésperas do golpe de 1964, não passaram de fatos esporádicos, de exceção que só vem confir-

77 Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, op. cit., p. 292

78. Idem, *ibidem*, p. 293.

mar a regra: uma tática reboquista em relação à burguesia, tendo como pano de fundo a manutenção da mesma estratégia direitista.

Ultimamente tornou-se moda a chamada "questão democrática". Leandro Konder escreve a respeito, criticando a Resolução Política do 5.º Congresso do PCB: "A democracia, na sociedade brasileira, ainda era concebida estreitamente como uma 'etapa' que precisava ser atravessada, mas deveria ser superada mais tarde por um regime socialista que, por representar um modo de produção correspondente aos interesses da maioria da população (a massa trabalhadora), poderia estar dispensado de ser formalmente democrático. Essa limitação 'etapista' mostrava que a democracia ainda não era encarada em todas as suas implicações ainda não se reconhecia aquilo que, nas conquistas democráticas realizadas sob o capitalismo e dentro de limites liberais, precisa ser preservado e elevado a nível superior".⁷⁹ A esta visão da democracia, L. Konder contrapõe a concepção de Armênio Guedes, exposta na revista *Novos Tempos*⁸⁰, segundo a qual "a democracia, ao avançar, forçaria o governo a encarar a questão das transformações revolucionárias, socialistas. Não havia, pois, uma muralha entre a 'questão democrática' e a 'questão socialista'; a primeira penetrava na segunda".⁸¹

A crítica de L. Konder à Resolução Política do 5.º Congresso se situa à direita das concepções expostas nessa resolução; para o autor, as idéias de Armênio Guedes estão mais próximas da tese da "democracia como valor universal" de Carlos Nelson Coutinho, à qual empresta total solidariedade logo no início de seu livro.⁸² Em outras palavras, L. Konder revela-se adepto da democracia burguesa — este, sem dúvida, é o conteúdo real da "de-

79 Leandro Konder, *A democracia e os comunistas*, op. cit., p. 109.

80 Armênio Guedes, "Algumas idéias sobre a Frente Única no Brasil", in *Novos Tempos*, n.º 1, 1957.

81. Leandro Konder, *A democracia e os comunistas*, op. cit., pp. 101-102.

82. Ver Carlos Nelson Coutinho, "A Democracia como valor universal", in *Encontros com a Civilização Brasileira*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979, n.º 9, pp. 33-47; e Leandro Konder, *A democracia e os comunistas*, op. cit., pp. 8-9.

mocracia como valor universal"⁸³ — e gostaria de estendê-la à sociedade socialista. Esta a grande contribuição teórica que é atribuída a A. Guedes no trecho citado: a democracia burguesa imperando no regime socialista. É nessa direção que L. Konder espera que sejam superados os "elementos de ambigüidade" ainda existentes, segundo ele, na linha política do PCB,⁸⁴ Trata-se, portanto, de uma crítica de direita, orientada no sentido de que nos próximos documentos do PCB se venha, a adotar a tese da "democracia como valor universal" e se chegue à negação do salto revolucionário que deve representar a passagem do capitalismo ao socialismo, ou seja, da democracia burguesa à democracia socialista.

Se o conjunto de idéias sobre a revolução brasileira, presente nos documentos do PCB, tem como eixo central a falsa concepção de uma revolução de caráter democrático-burguês no Brasil, que permita o desenvolvimento capitalista independente e democrático e, teoricamente, numa segunda etapa, a revolução socialista; as concepções apresentadas por L. Konder, C. N. Coutinho e outros adeptos de suas teses vão mais adiante: é a democracia burguesa "penetrando" no socialismo, ou seja, a tese do "socialismo democrático".⁸⁵ Eis a mais nova contribuição "teórica" dos que chegaram à negação do socialismo, mas evitam dizê-lo com todas as letras.

Conclusões — Voltando às questões que colocamos no início deste artigo, pensamos que a argumentação apresentada nos permite chegar a algumas conclusões fundamentais.

A atual política do PCB, no que se refere às suas principais concepções estratégicas, não constitui uma ruptura com o passado deste partido. Pelo contrário, representa a continuidade de uma mesma concepção estratégica de direita, cujas origens remontam ao final da década de 1920.

A causa principal do surgimento e da permanência dessa concepção da revolução brasileira consiste no dog-

matismo, que marcou toda a elaboração política do PCB desde os primeiros anos após a sua fundação. A cópia mecânica e dogmática de modelos e esquemas elaborados para outras realidades, distintas da brasileira, resultou do débil conhecimento do marxismo e, principalmente, da realidade nacional, que o partido se propõe a transformar.

Se antes, nos primeiros decênios da existência do PCB, poderia ser compreensível esse desconhecimento da realidade brasileira, hoje ele não se justifica mais. É uma das principais razões para isso reside no fato de atualmente já existir, em nosso país, uma importante produção cultural própria, onde se destacam diversos trabalhos de análise e de interpretação da realidade econômica, social, política e cultural. A alguns desses trabalhos tivemos oportunidade de fazer referência neste artigo.

Assim, insistir, nos dias de hoje, na concepção de uma revolução nacional e democrática, que remova os obstáculos ao desenvolvimento capitalista independente e democrático constitui na verdade um anacronismo. Realmente, já existe toda uma elaboração teórica sobre a dependência e o capitalismo dependente em países como o Brasil, que deve servir de base a uma interpretação correta e moderna da realidade brasileira e a uma proposta estratégica que corresponda a essa análise.

Ao mesmo tempo, assinalamos a existência de uma crítica de direita à chamada "questão democrática" na linha política do PCB, que propõe a visão da "democracia como valor universal" ou, em outras palavras, o chamado "socialismo democrático", que, na prática, significa a negação do socialismo.

O entendimento dos erros cometidos pelo PCB em sua história está ligado à compreensão das principais concepções falsas que, indubitavelmente, constituem sua causa determinante. As concepções, a que nos referimos no desenrolar deste artigo, constituem precisamente a herança à qual o PCB deve renunciar para poder avançar rumo aos objetivos da revolução socialista.

Entretanto, não basta renunciar a uma determinada herança, que mostrou na prática ter falhado como perspectiva de um partido revolucionário. É necessário formular uma nova estratégia, que seja decorrência das

83 Carlos Nelson Coutinho, "A Democracia como valor universal", op. cit.

84. Leandro Konder, A democracia e os comunistas, op. cit., p. 106.

85. Ver entrevista de Armênio Guedes, in Jornal do Brasil, 28/10/1979.

reais contradições do capitalismo monopolista dependente que hoje se desenvolve no Brasil e que tenha condições de mobilizar a classe operária e as grandes massas trabalhadoras para a luta pelo socialismo. A concepção de luta por um poder das forças antimonopolistas, que representa um passo decisivo rumo ao socialismo — exposta na “Carta aos Comunistas” de Luiz Carlos Prestes — constitui, ao nosso ver, uma contribuição importante para a elaboração da estratégia dos comunistas no Brasil de hoje.

- Anita Leocádia Prestes é militante do PC e fez parte do seu Comitê Central até meados de 1979, quando renunciou ao cargo por divergências com o restante da direção. Ela é filha do ex-secretário-geral Luiz Carlos Prestes e da revolucionária alemã Olga Benário, primeira esposa do líder comunista brasileiro. Olga foi presa no Brasil em 1935 e acabou entregue a Hitler por ordem de Filinto Müller, então chefe de Polícia; na Alemanha, foi fuzilada num campo de concentração.

Este artigo foi publicado no n.º 4 da Revista Oitenta de Porto Alegre - RS